



Anais da Assembléia

Nº 161

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pércles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 117.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1995
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Havendo número legal, suspendo a Chamada

Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N° 080/95

Curitiba, 16.11.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), ao vigente orçamento próprio do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção, visando atender despesas com reformas no prédio cedido pela SEFA/CRE, a ser ocupado pela SEOP/DECOM, situado na Rua Lourenço Pinto n° 18, e com a locação de 15 (quinze) veículos.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO A LEI NO.		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTDI		I PROC
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP
7600	ISECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS	I	I I I		I
	IPUBLICAS - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
7687	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE	I	I I I		I
	ICONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAO	I	I I I		I
	I- DECOM	I	I I I		I
2264	ICOORDENACAO E EXECUCAO DA	I	I I I		I
	I PROGRAMACAO DO DECOM	I	3132.03I50ILI	180.000	I1013I
	I	I	3132.15I59ILI	125.000	I1013I
TOTAL				305.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO A LEI NO.		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTDI		I PROC
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP
7600	ISECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS	I	I I I		I
	IPUBLICAS - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
7687	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE	I	I I I		I
	ICONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAO	I	I I I		I
	I- DECOM	I	I I I		I
2264	ICOORDENACAO E EXECUCAO DA	I	I I I		I
	I PROGRAMACAO DO DECOM	I	3121.00I59ILI	50.000	I1013I
	I	I	4121.00I50ILI	180.000	I1013I
	I	I	4121.00I59ILI	75.000	I1013I
TOTAL				305.000	I

ACRESCIMO		ANEXO		FL. 02	
DA RECEITA		ANEXO A LEI NO.		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	IFT	VALOR	I PROC	
I	I	I		I	
	ISECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PUBLICAS	I		I	
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I		I	
	I	I		I	
	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUCAO,	I		I	
	IDE OBRAS E MANUTENCAO - DECOM	I		I	
I1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59	75.000	I1013I	
	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I		I	
TOTAL				75.000I	

I REDUÇAO		A N E X O I V		FL. 02	I
I DA RECEITA		ANEXO A LEI NO.		RS 1,00	I

I	CODIGO I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I PROCL

I		ISECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PUBLICAS	I		I
I		I- ENTIDADES VINCULADAS	I		I
I		I	I		I
I		IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUCAO,	I		I
I		IDE OBRAS E MANUTENCAO - DECOM	I		I
I	12590.01.39	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59 I	75.000	I 1013 I
I		IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I		I

T O T A L			I	75.000	I

MENSAGEM N° 081/95

Curitiba, 16.11.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 5.434.722,00 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas com a municipalização do ensino de 1.ª a 4.ª séries.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 5.434.722,00 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 2° desta lei, fica procedido o ajuste no Programa de Obras constante no Anexo VI da Lei Orçamentária de 1995, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
I DA DESPESA		ANEXO N.		RS 1,00	

I	I	INATUREZA	I	LI	IN.DOI
ICODIGO	I	I DA	IFTIDI	VALOR	I PROCI
I	I	IDESPESA	I	IRI	ICOP I

I	3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I	I I
I	I		I	I I I	I I
I	3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I	I I
I	2161	IDESENVOLVIMENTO DO ENSINO	I	I I I	I I
I		IFUNDAMENTAL E DA EDUCACAO	I	I I I	I I
I		IPRE-ESCOLAR	I	3223.03100	LI 5.434.722 I1143I

T O T A L				I	5.434.722 I

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		I	
I DA DESPESA		ANEXO N.				RS 1,00		I	

I I				*-----*				*-----*	
I CODIGO I		ESPECIFICACAO		INATUREZA I I I		VALOR		IN.DOI	
I I				I DA IFTIDI				I PROCI	
I I				I DESPESA I IRI				I COP I	

I 3300 I		I SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO		I I I I				I I	
I I				I I I I				I I	
I 3304 I		I SUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO		I I I I				I I	
I 2162 I		I DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO		I 3121.00 I 00 I I I		1.809.533		I 1143 I	
I I				I 3132.03 I 00 I I I		108.000		I 1143 I	
I I				I 3132.12 I 00 I I I		252.000		I 1143 I	
I I				I 3132.15 I 00 I I I		65.880		I 1143 I	
I I				I 4110.00 I 00 I I I		2.429.309		I 1143 I	
I I				I 4121.00 I 00 I I I		770.000		I 1143 I	

				T O T A L I		5.434.722		I	

CANCELAMENTO		A N E X O		I I I		FL. 02		
DAS OBRAS		ANEXO N.				RS 1,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT		VALOR	IPROCI			
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I		I			
3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I		I			
2162	IDSENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO	I	I		I			
0001	ICONSTRUIR	I	T	207.360	I1143I			
	IALOJAMENTOS, PAVILHOES, LAVANDERIA E	I	I		I			
	ISALAS NO COLEGIO AGRICOLA	I	I		I			
0002	ICONSTRUIR LABORATORIO DE FISICA,	I	T	124.560	I1143I			
	IQUIMICA E BIOLOGIA, ALMOXARIFADO E	I	I		I			
	IBANHEIRO NO COLEGIO AGRICOLA	I	I		I			
0003	ICONSTRUIR O ALOJAMENTO MASCULINO NO	I	T	251.880	I1143I			
	ICOLEGIO AGRICOLA	I	I		I			
0004	ICONSTRUIR LABORATORIO DE FISICA,	I	T	112.056	I1143I			
	IQUIMICA E BIOLOGIA, E O ALOJAMENTO	I	I		I			
	IFEMININO NO COLEGIO AGRICOLA	I	I		I			
0005	ICONSTRUIR LABORATORIO DE FISICA,	I	T	670.944	I1143I			
	IQUIMICA E BIOLOGIA, ALOJAMENTOS FEM.	I	I		I			
	IE MASC., 03 SALAS NO COLEGIO AGRICOLA	I	I		I			
0006	ICONSTRUIR O LABORATORIO DE FISICA,	I	T	81.708	I1143I			
	IQUIMICA E BIOLOGIA, E 03 SALAS DE AULA	I	I		I			
	INO COLEGIO AGRICOLA	I	I		I			
0007	ICONSTRUIR LABORATORIO DE FISICA,	I	T	498.653	I1143I			
	IQUIMICA E BIOLOGIA, ALOJAMENTOS	I	I		I			
	IMASC., FEM., DEMAIS DEPEND. NO	I	I		I			
	ICOL. AGRICOLA	I	I		I			
0008	ICONSTRUIR LABORATORIO DE FISICA,	I	T	351.348	I1143I			
	IQUIMICA E BIOLOGIA,	I	I		I			
	IALOJAM. FEMININO, PAVILHAO P/ AVIARIOS	I	I		I			
	INO COL. AGRICOLA	I	I		I			
0009	ICONSTRUIR 03 SALAS DE AULA E SALA	I	T	130.800	I1143I			
	IESPECIAL DE DESENHO ELABORATORIO NO	I	I		I			
	ICOLEGIO FLORESTAL	I	I		I			
T O T A L		I	T	2.429.309	I			
		I	O		OI			

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n° 092/95, do Senhor João Luiz Cleve Machado - Juiz Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná - Juízo Eleitoral da 123ª Zona, encaminhando as Atas Finais de Apuração, da consulta plebiscitária de 22 de outubro do corrente ano, da incorporação da área a ser desmembrada, compreendendo os lotes 129 ao 228, gleba São Jorge, Município de Altônia, ao Município de São Jorge do Patrocínio. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° CTL/SEEG/196/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** o Projeto de Lei n°:

312/95: De autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dá nova redação aos arts. 6° e 14, da Lei n° 10.913, de 04 de outubro de 1994, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.188. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o n° CTL/SEEG/188/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n° 129/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG/194/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n° 008/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, por julgá-lo contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG/199/95, do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei n° 006/94, de autoria dos Deputados Toti Colaço e Erondi Silvério. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO N° 1.803/95-GS

Curitiba, 17.11.95.

Senhor Presidente.

Em atenção à convocação dessa augusta Casa de Leis, respeitosamente, comunico que na próxima terça-feira, dia 21 do corrente, a partir das 15 (quinze) horas, aí comparecerei, acompanhado do Cel. Daniel Cesar Maingue, Comandante-Geral da Polícia Militar; Cel. Luiz Fernando de Lara, Chefe do Estado Maior da Polícia Militar; Cel. Antonio Carlos Abrão, Comandante do Policiamento do Interior; Ten. Cel. Léo Geraldo Motta, Comandante do 8° B.P.M. de Paranavaí e do Cap. Gilberto Cândido dos Santos, Comandante da Cia/PM de Loanda.

Na oportunidade, expresso a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA
Secretário da Segurança

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Eurico de Souza Tives, ocorrido na Cidade de Palmas, em data de 09/11/95.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 78 anos de idade, faleceu, na Cidade de Palmas, o Senhor Eurico de Souza Tives, que era pecuarista, pertencente a tradicional família do referido município. Deixou uma família e um neto.

Eurico de Souza Tives também foi Vereador do Município de Palmas.

O passamento do Senhor Eurico veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Eurico.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a Família Souza Tives, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 3435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Arlindo Antonio Rochembach, ocorrido dia 01/11/95, na Cidade de Bituruna.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 01/11/95, o ex-Prefeito do Município de Bituruna, Senhor Arlindo Antonio Rochembach, comerciante de tradicional família do mencionado município.

O extinto deixa viúva Dona Eva Salvatti Rochembach, uma filha e uma neta.

O passamento de Arlindo Antonio veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, entre as quais, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Arlindo Antonio Rochembach.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Arlindo Antonio e o descanso não terão fim, desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a Família Rochembach, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 3448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do Professor Geraldo Ataliba Nogueira, no último dia 15, em São Paulo.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O Professor Geraldo Ataliba Nogueira, falecido em São Paulo no último dia 15, foi um dos maiores publicistas brasileiros de todos os tempos, com admirável folha de serviços prestados ao país, e ao próprio Estado do Paraná, que recorreu à sua reconhecida capacidade profissional.

Ademais, tratava-se de um patriota, apaixonado pelas boas causas públicas às quais sempre emprestou a colaboração de sua privilegiada inteligência.

Poucos o igualaram em combatividade, dedicação e discernimento, tanto no exercício da advocacia quanto no magistério universitário.

Seu talento era reconhecido, inclusive na Europa, onde lecionou e proferiu conferências, especialmente em Portugal.

REQUERIMENTO N° 3445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor do Jornal Gazeta do Povo e da Rede Paranaense de Televisão, pela conquista do "Top of Mind/95", mais um reconhecimento público da liderança do referido jornal exerce sobre a sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

"Quando se fala em jornal, o primeiro nome que surge na mente dos paranaenses é a Gazeta do Povo", destaca a revista "Amanhã - Economia e Negócios", editada em Porto Alegre - RS, que inclui pela primeira vez o Paraná em sua pesquisa "Top of Mind" versão 1995, cujo objetivo é averiguar "As marcas que o consumidor tem na cabeça". E o Paraná, em se tratando de jornal, a insuspeita publicação gaúcha apurou, em pesquisa entre leitores, que a Gazeta do Povo, detém a preferência da maioria.

Visando medir a força e o prestígio de empresas e marcas na memória do consumidor, a pesquisa da revista confirmou a liderança da Gazeta do Povo entre os leitores paranaenses.

REQUERIMENTO N° 3447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de congratulações ao piloto Ariel Barranco pela conquista do Campeonato Brasileiro Omega Stock Car Categoria B.

Requer outrossim, que da decisão do douto Plenário seja comunicado o nosso homenageado na Av. Iguaçu, 172 - Rebouças, CEP: 82230-000 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

No automobilismo, como nos outros esportes, somos acostumados a somente festejar os resultados que são obtidos por aqueles que se profissionalizam e vivem patrocinados por grandes empresas.

Entretanto, nas categorias iniciais e amadoras as disputas são tão mais acirradas quanto nas categorias principais, onde o atleta ou piloto participa da competição por verdadeiro amor ao esporte, pois não percebe remuneração e, às vezes, não consegue nem patrocínio.

Aqui em nosso Estado, a família Barranco há anos vem se destacando no automobilismo brasileiro, tendo conseguido projetar o Paraná através de diversas vitórias de Altair Barranco, seu progenitor, ao vencer corridas que tinham como participantes grandes nomes do automobilismo

nacional, tais como os irmãos Fittipaldi, José Carlos Pacce e outros.

Seguindo a tradição familiar neste esporte, seu filho Ariel Barranco vem se destacando no automobilismo nacional, tendo conquistado antecipadamente o Título de Campeão Brasileiro Ômega Stock Car - Categoria B, uma das mais importantes.

Por esta razão é que propomos a augusta Assembléia Legislativa do Estado o presente voto de congratulações ao nosso aguerrido e competitivo piloto paranaense por mais esta conquista que coloca nosso Estado em destaque a nível nacional.

REQUERIMENTO N° 3449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à artista plástica Adriane Müller, alusivos à realização da exposição "Corpos", a realizar-se nos dias 22 a 29 do corrente, nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência à homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dr. Goulín n° 721, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3450

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pelo transcurso do 29° aniversário da fundação da Vila N. S. da Luz dos Pinhais, ocorrido no último dia 12.

A Vila N. S. da Luz dos Pinhais se constitui num marco da história de Curitiba por ter sido o primeiro núcleo habitacional implantado na Capital do Estado.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à Associação Beneficente Itamarati, responsável pelas solenidades comemorativas à data.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Jornal Gazeta do Iguaçu, pelos seus sete anos de fundação, e que do teor deste expediente seja dado conhecimento à Direção do periódico, na pessoa do seu Diretor-Geral, Sr. Lirio Mezzomo.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) SAMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Gazeta do Iguaçu, fundado em 11 de novembro de 1988, circula diariamente no Município de Foz do Iguaçu, e durante seus sete anos de existência tem colaborado significativamente com o desenvolvimento daquela cidade, levando ao conhecimento da população iguaçuense os fatos do dia-a-dia local, principalmente, de relevante importância, sempre na busca de oferecer o que há de melhor na área de notícias.

Por esse trabalho incessante e preocupado em passar aos leitores as informações atuais e de interesse público, entendemos ser oportuno o registro nesta Casa, de votos de elogio a esse órgão de divulgação que dignifica a imprensa de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO N° 3436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Claudio Nunes do Nascimento, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pela feliz decisão com a implantação do Projeto "Paraná - Sentença em dia".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Claudio Nunes do Nascimento, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É possível sentir e viver hoje, mais do que nunca, que a agilização da justiça impõe dedicação extrema e ações concretas para revertermos as situações adversas que o País enfrenta, as quais acabam afetando a vida de todos os brasileiros.

Não podemos mais ficar "esperando acontecer", como já ensinava na década de 60, a célebre canção de Geraldo Vandré.

Há todavia, um passo importante dado pela justiça do Estado do Paraná especialmente o esforço empreendido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Claudio Nunes do Nascimento que desenvolve seu trabalho voltado para a política de austeridade.

Neste momento em que enalteçemos também com alegria, o trabalho desenvolvido ao longo dos anos numa atuação que tem colocado o judiciário paranaense no melhor conceito perante a sociedade brasileira, realçando o valor e a capacidade de seus integrantes, orgulhando a todos os nossos concidadãos.

Devemos assinalar que o projeto "Paraná - Sentença em Dia" será motivo de orgulho para todos nós paranaenses pelo que representará a nível estadual, inclusive na esfera nacional, principalmente como modelo de visão administrativa, com árduo trabalho para acompanhar uma sociedade que cresce em todos os sentidos, desenvolvendo suas atividades com absoluta eficiência.

Por tudo isto, entendemos justa e oportuna a manifestação de rigozijo do Poder Legislativo do Estado do Paraná, saudando todo o Poder Judiciário, pelo que fez e pelo que continuará fazendo em prol da nossa sociedade em geral e dos cidadãos em particular.

REQUERIMENTO N° 3443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 40º aniversário da emancipação política do Município de Florai.

Requer-se outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município homenageado.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A exemplo de inúmeros outros municípios da região, Florai também foi fundado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, fato ocorrido no ano de 1947.

Florai passou à condição de Distrito Administrativo em 11 de julho de 1951, conforme Lei Municipal n° 16.

A elevação de Florai à condição de município ocorreu em 25 de novembro de 1955, de acordo com a Lei Estadual n° 2.512, ocasião em que Florai desmembrou-se de Nova Esperança.

O primeiro Prefeito Municipal eleito foi o Senhor Oswaldo da Silva.

A dedicação, o trabalho e a garra de sua gente, fizeram de Florai a progressista cidade que hoje conhecemos e à cuja população a Assembléia Legislativa do Paraná rende suas mais sinceras homenagens, na passagem do seu quadragésimo aniversário de emancipação política.

REQUERIMENTO N° 3452

Senhor Presidente.

Da luta imposta aos negros trazidos da África, pelos brancos que os usavam no trabalho escravo, surgiu o Quilombo dos Palmares, onde viviam negros foragidos, negros ali nascidos e também índios perseguidos. Zumbi surgiu como líder, comandando a resistência às autoridades coatoras. Em 20 de novembro de 1695, foi Zumbi traí-

do por um de seus homens e entregue aos bandeirantes.

A história registra a passagem de Zumbi como uma das maiores lideranças políticas da época, que movido pelo anseio de liberdade dos negros, acabou por tornar-se um mito e um símbolo dessa luta em prol da igualdade de direitos.

Diante da importância da data, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor pela luta milenar da raça negra pelos direitos à igualdade e à justiça para todos. Luta que prossegue hoje através das diversas entidades e movimentos de defesa da raça negra.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento às seguintes entidades: União e Consciência Negra, Presidente Adalzira Maria Aparecida; Baluarte Negro, Presidente Dirléa Mathias; Associação Cultural de Negritude e Ação Popular - ACNAP, Presidente Jaime Tadeu da Silva; Grupo Xirê, Presidente Waldemar Lourenço; Alu-Ayê Odara, Presidente Glaucio Souza Lobo; Coletivo de Mulheres Negras de Curitiba, Presidente Almira Maciel.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3438

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar a falta de água que vem ocorrendo no Jardim Anita Garibaldi, em Almirante Tamandaré.

Segundo os moradores, a falta de água é freqüente, eles chegam a ficar de quatro a cinco dias sem água.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3439

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Administração, para que instrua ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, no sentido de agilizar o atendimento de marcação de consultas por telefone.

As pessoas reclamam que não conseguem ligação, e quando conseguem, as consultas estão todas preenchidas. As mesmas sugerem

que as consultas voltem a ser marcadas no balcão, como era feito anteriormente, pois as dificuldades são ainda maiores para as pessoas que não têm telefone.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3440

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de colocar anti-pó na Rua Lapa, no Jardim Cruzeiro, em São José dos Pinhais.

A rua está toda esburacada e os moradores se propõe a pagar pelo benefício.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 59/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica alterada a redação do art. 1°, da Resolução n° 16/95, de 07 de novembro de 1995, que autorizou a realização para a criação do Município de Bela Vista da Carova, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita no Distrito de Bela Vista, no Município de Pérola do Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Bela Vista da Carova.

Com o Município de Ampére

Inicia na foz do Lageado Bonito no Rio Capanema, sobe por este até encontra a foz do Rio Alegre.

Com o Município de Pranchita

Inicia no Rio Capanema na foz do Rio Alegre, sobe por este até encontrar a estrada que liga Vista Gaúcha - Fonte Bela, segue por esta na direção geral Oeste até encontrar a divisa da Gleba 9-PO - Imóvel Missões com Dambros & Piva, segue por esta divisa na direção geral Noroeste até o cruzamento com o Arroio Pinhalzinho.

Com o Município de Pérola do Oeste

Inicia no cruzamento da Gleba 9-PO - Imóvel Missões Dambros & Piva no Arroio Pinhalzinho, desce por este até a sua foz no Lageado Grande, desce por este até a foz do Córrego Tateto, sobe por este até a sua cabeceira na estrada que liga Bela Vista-Esquina Gaúcha, segue por esta na direção geral Noroeste até defrontar a cabeceira do Córrego Gaúcho, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção

geral Leste até a cabeceira do Córrego Gaúcho, desce por este até a sua foz no Lageado Bonito, desce por este até a sua foz no Rio Capanema."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A motivação da presente proposição é tão somente corrigir o memorial descritivo do art. 1° da Resolução n° 16/95, tendo em vista que o memorial que foi aprovado é da sede urbana do pretense município.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 60/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° Fica alterado o Memorial Descritivo, do art. 1° da Resolução n° 05/95, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Areia Branca dos Assis, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito de Areia Branca dos Assis, desmembrado de Mandirituba/PR, com as seguintes divisas:

Inicia na cabeceira do Arroio Chimboveiro, a margem direita da BR-116 - Curitiba/Rio Negro, nas imediações do Km 142,3, desce por este até sua foz no Rio Caí, desce por este até sua foz no Rio da Várzea, sobe por este até a foz do Arroio Passo da Ilha, sobe por este até sua cabeceira mais alta, desse ponto segue por uma estrada municipal na direção geral Norte até encontrar o Rio dos Patos, desce por este até a foz de um afluente a margem esquerda, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto, segue por uma linha reta e seca na direção geral Noroeste até encontrar a cabeceira do Arroio Chimboveiro, ponto de partida.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A aprovação deste projeto de resolução se faz necessária para atualizar denominações de rodovias e do memorial descritivo do futuro município, conforme a certidão do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, tendo em vista que o primeiro memorial que deu origem à Resolução n° 05/95, era da criação do Distrito de Areia Branca dos Assis, datada de 20 de fevereiro de 1967.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 487/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Estado adotará medidas de prevenção da cárie da doença periodontal e do câncer bucal.

Parágrafo Único - As medidas de que trata o "caput" deste artigo serão aplicadas em estabelecimentos de ensino público, creches e outras instituições destinadas à educação infantil.

Art. 2° - As medidas de que trata esta lei consistem no incentivo à:

I - evidênciação de placa bacteriana;
II - correta técnica de escovação e ao uso regular do fio dental e de dentifrícios contendo flúor em níveis aceitáveis;

III - realização semanal de bochechos com solução de flúor;

IV - aplicação trimestral de flúor gel;

V - fluoretação da água destinada ao consumo humano em regiões não servidas por água fluoretada;

VI - aplicação de selante em dente hígido;

VII - dieta alimentar que não cause danos aos dentes;

VIII - prevenção e diagnóstico do câncer bucal.

§ 1° - As ações previstas no "caput" deste artigo serão desenvolvidas por meio de palestras, debates, distribuição de impressos, exibição de filmes e exposições práticas.

§ 2° - O Poder Executivo determinará em decreto o órgão ou a entidade responsável pela gestão das medidas de que trata esta lei.

Art. 3° - O Estado oferecerá cooperação técnico-financeira aos municípios para a implementação das medidas estabelecidas nesta lei.

Art. 4° - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de:

I - recursos orçamentários das Secretarias de Estado da Saúde e da Educação;

II - doação e legados de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III - outras fontes.

Art. 5° - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.95

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A boca abriga uma quantidade enorme de microorganismos, que se localizam preferencialmente sobre os dentes, dentro do sulco gengival (espaço existente entre o dente e a gengiva) na língua e nas mucosas. Esses microorganismos têm a propriedade de se unirem uns aos outros sobre a superfície dentária para formar uma estrutura aderente, a placa bacteriana. Daí a necessidade de uma perfeita higienização, uma vez que quanto mais tempo a placa permanece sem ser removida, mais dura ela fica e mais difícil torna-se a sua remoção, dando origem ao cálculo ou tártaro. Além disso, a placa é a principal causadora de cáries e doenças periodontais.

Sabemos que no Brasil os hábitos de higienização bucal são praticados por uma minoria da população. Grande contingente populacional não tem acesso a informações básicas de saúde bucal e não tem recursos financeiros para o tratamento dentário, o que acarreta um número excessivo de cáries e de casos de doença periodontal, levando, via de regra, à perda dos dentes.

Pela alta incidência do câncer bucal, adquirem importância as medidas que visem à sua prevenção.

Entendemos que tal situação só se modificará com campanhas preventivas regulares, motivo pelo qual apresentamos este projeto de lei, cujo objetivo é dar à população do Estado do Paraná, sobretudo às crianças em idade escolar, oportunidade de manter um bom nível de saúde bucal.

Contamos, então com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei ora proposto.

PROJETO DE LEI N° 488/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a reservar, em seus órgãos oficiais de comunicação social, espaço destinado à divulgação, em caráter educativo e de forma permanente, de informações à população acerca de cuidados com a saúde, bem como sobre os direitos e as garantias fundamentais previstos nos textos constitucionais vigentes.

Art. 2° - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.95

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

As campanhas educativas levadas a termo nos meios de comunicação têm sido insuficientes para o esclarecimento da população tanto sobre os cuidados preventivos e educativos com a saúde quanto sobre a aplicação dos direitos e das garantias fundamentais previstos nos textos das Cartas Políticas do Brasil.

A proposição que ora se discute tem o objetivo de permitir principalmente às famílias de baixa renda um nível maior de informação acerca desses direitos, propiciando-lhes um exercício menos limitado do direito à cidadania.

No que tange à saúde, basta lembrar que o erário despende quantias vultuosas para prestar assistência à população, o que poderá ser evitado com a adoção da medida que ora se propõe, uma vez que a prevenção impede, muitas vezes, o agravamento da doença e até mesmo a sua ocorrência.

São esses os fundamentos que nos levam a conclamar o apoio desta Casa para a aprovação da nossa proposição.

PROJETO DE LEI N° 489/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios do Lago de Itaipu, com sede e foro na cidade onde residir o seu Presidente.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.95

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Desenvolvimento dos Municípios do Lago de Itaipu, é um entidade privada, sem fins lucrativos, tendo por finalidade o prosseguimento da execução do plano regional de desenvolvimento da abrangência da Hidrelétrica de Itaipu, compreendendo a intercooperação das partes que compõem o Conselho, no sentido de promover o desenvolvimento sócio-econômico, urbano e rural dos municípios membros, conforme se observa no capítulo III do seu Estatuto.

A entidade apresenta os documentos requeridos pela Lei n° 6.994, de 10.01.78, regulamentadora da matéria, razão que nos permite solicitar o apoio dos nobres Pares desta Casa à aprovação do plano de lei em apreço.

PROJETO DE LEI N° 490/95

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Vista Alegre, com sede e foro na Cidade de Carlópolis, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Bairro Vista Alegre - AMOVISA, localizado na Cidade de Carlópolis, com sede na Rua Salix Babilônica, s/n°, fundada em 14 de fevereiro de 1994, coordena as atividades comunitárias dos moradores do Bairro Vista Alegre.

Desenvolve portanto, atividades de relevância para o Município, como a aquisição de um veículo Belina, que é destinado a realizar assistência social aos moradores, demonstra assim a AMOVISA real interesse pelas atividades da coletividade, destacando ainda que não é só do Estado a exclusiva atividade no campo social.

São diversas as atuações da Diretoria da AMOVISA, no campo do meio ambiente, esportes, infraestrutura, saúde, educação, segurança, festas em datas comemorativas, entre outras.

Assim sendo, entendemos ser esta entidade merecedora dos aplausos desta Casa de Leis, transmitida neste momento através da aprovação do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Comparecemos à tribuna na tarde de hoje, Senhor Presidente, para nesta Casa reiniciarmos a discussão de um assunto que já mereceu a atenção desse Parlamento, principalmente na Legislatura passada, quando através do Bloco Parlamentar Agropecuário e da Comissão de Agricultura, tivemos o privilégio de apresentar nesta Casa e com apoio de diversos Senhores Deputados vermos aprovada e finalmente sancionada pelo Governador à época Roberto Requião, a lei que instituiu a política agrícola no Estado do Paraná.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diversos temas de interesse da Agropecuária Paranaense, dos produtores rurais do nosso Estado, foram depois de amplas discussões, envolvendo diferentes segmentos do Setor produtivo do Estado do Paraná, foram aqueles temas, foram aqueles assuntos trazidos ao conteúdo des-

ta lei.

Eu me lembro naquela ocasião, teve participação decisiva na discussão desses assuntos a EMATER PR., a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, tivemos a participação decisiva da OCEPAR, da FETAEP, da FAEP, da Associação dos Engenheiros Agrônomos, a participação dos Médicos Veterinários, Engenheiros Florestais, Zootecnistas, Técnicos Agrícolas, tivemos a participação da Federação Paranaense de Associação de Criadores e num trabalho bastante amplo nós, aqui analisamos centenas de emendas, chegamos a um texto final que veio a se transformar após a sanção do Governador Requião, na Lei nº 9.917 de 30 de março de 1992, que justamente dispõe sobre a política agrícola do Estado do Paraná.

E hoje estamos vivendo num País evidentemente, um momento de intensa discussão do problema relativo à reforma agrária. E naquela oportunidade um dos pontos levantados pelo Bloco Agropecuario e Comissão de Agricultura e que foi inserido nesta lei, dizia respeito a implementação à Instituição a nível de Estado do Paraná, daquilo que se chama crédito fundiário. E qual era o objetivo da implantação do crédito fundiário? Era de justamente permitir que ação do crédito fundiário fosse concedido, através de um programa específico e destinado a aquisição de terra para a formação, correção ou ampliação da propriedade rural por trabalhadores rurais, proprietários ou não, limitado a complementar até 3 módulos fiscais, de forma que se permitisse a absorção da força de trabalho do adquirir de sua família, garantindo-lhe a sobrevivência e progresso sócio-econômico.

Então o crédito fundiário naquela ocasião proposto, a exemplo da proposta ligada a questão da Habitação Rural foram inseridas na Lei Agrícola Estadual, para que fossem alternativas a esse programa que se busca há muitos e muitos anos de reforma agrária em nosso País, e que muitas vezes acaba trilhando por caminhos que não interessa a esse ou aquele segmento e que infelizmente, por trilhar a reforma agrária seja em função da inoperância do Governo, seja num determinado momento por invasões em áreas consideradas produtivas, ou ainda não liberadas para assentamento, acaba se gerando conflitos como esse que aconteceu recentemente em Santa Izabel do Ivaí, cujas explicações serão a nós prestadas, como nos informa o 1º Secretário, com a presença do Secretário da Segurança Pública, Comandante da Polícia Militar no dia de amanhã. E nós que naquela ocasião já tínhamos essa preocupação viemos a propor naquela oportunidade a implantação desse crédito fundiário. E veja que temos razão em in-

sistir nesse tema no dia de hoje porque se tivéssemos da parte do Governo Estadual, do Governo Federal a instituição do crédito fundiário, poderíamos ofertar aos sem-terras do dia de hoje, aos pequenos produtores de hoje, recursos com os quais eles pudessem adquirir a sua propriedade rural onde quisessem, da forma que quisessem se tivesse mina, ou se tivesse poço, ou se tivesse mato, ou se não tivesse mato, onde ele quisesse enfim; e não apenas e tão somente obrigar essas pessoas muitas vezes a serem assentadas em áreas totalmente adversa e fora da sua realidade social, e muitas vezes até da sua realidade familiar.

Estamos hoje aqui Sr. Presidente, e peço a Vossa Excelência que me conceda mais alguns instantes, para trazer a discussão esse tema, porque ouço, leio e vejo notícias que dão conta de que o governo estaria gastando 30, 40, 50, e fala-se em até sessenta mil reais para assentar uma única família. E chamo aqui para o testemunho inclusive Deputados da nossa região como o Edson Lino, Militinho Pupprio, e que na nossa região no Vale do Ivaí, região de terras fertilíssimas, lá hoje com 30 mil reais dá para se comprar uma propriedade já devidamente estruturada. E se esse recurso fosse colocado na forma de um crédito fundiário para que a pessoa pudesse reembolsar ao Governo por cinquenta anos, sessenta anos, pagando 20, 30 ou 40 sacas de milho por ano, acredito que teríamos um avanço significativo nos procedimentos da reforma agrária. É lógico que não queremos com isso eliminar todo esse trabalho que hoje se faz em favor da reforma agrária, a desapropriação de áreas, o assentamento de pessoas: mas se criássemos esse mecanismo, onde através do crédito fundiário pudesse o pequeno produtor rural, ou o sem-terra adquirir a sua propriedade, acredito que avançaríamos mais rapidamente na solução dos problemas do meio rural. E fico contente porque recentemente vi manifestação nesse sentido de Sua Excelência, o governador, e conversando com o Secretário Hermas Brandão, com a sua assessoria, estão eles buscando neste momento a regulamentação do artigo 47 da Lei Agrícola do Estado do Paraná para se permitir a instituição a nível de Estado do crédito fundiário para financiar a aquisição de pequenas propriedades rurais, e isto vir não como solução, mas como mais uma alternativa a solução dos problemas hoje existentes no meio rural. Como também acredito que o programa que haverá de ser levado a efeito a partir de janeiro do ano que vem como afirmou a nós, Pessuti e Militinho Pupprio, o Secretário Hermas Brandão, o financiamento de habitações no meio rural pela mesma sistemática, pelos mesmos valores que se finan-

cia no meio urbano, só com a diferença de que o pagamento será em equivalência. Então, a habitação rural que também está prevista na nossa lei agrícola, que foi escrita por esta Assembléia, deverá ser iniciada a partir do ano que vem.

E finalmente, Sr. Presidente, ainda contando com a compreensão de Vossa Excelência, quero registrar aqui também a satisfação que tive de tomar conhecimento do projeto de lei de autoria do Deputado Federal Dirceu Esperafico que pretende justamente a nível de Congresso Nacional, a nível de Câmara Federal, instituir também no Sistema Nacional de Crédito Rural o programa de crédito fundiário. Vejo que este assunto, que mereceu da Assembléia Legislativa as mais elevadas considerações a ponto de figurar na nossa Lei-Agrícola Estadual, repercute agora a nível de Congresso Nacional, e o Deputado Dirceu Esperafico está defendendo essa bandeira, e quero acreditar que será ela adotada como uma alternativa pelo Governo Federal, que não precisará gastar 60 mil reais, ou 40, ou 30 para assentar uma pessoa aqui do Paraná lá em Rondônia. Mas que se dê esse dinheiro ao morador aqui de Campina Grande do Sul para que em Campina Grande do Sul, mesmo ele possa adquirir a sua pequena propriedade e ter acesso a todo o sistema de crédito.

Portanto, companheiros, vamos desfraldar essa bandeira, a bandeira do crédito fundiário para que possamos colocar isso a serviço da Reforma Agrária e quem sabe ajudarmos na resolução dos problemas sociais, hoje, tão graves vividos pelos nossos sem-terras e pelos pequenos produtores.

Era isso Sr. Presidente, e agradeço a sua tolerância e benevolência de vossa parte em nos conceder alguns minutos adicional no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria neste momento deixar registrado nos Anais da Casa a presença do Vereador de Imbituva no Distrito de Guamiranga, do futuro município, Gabriel Pantarolo acompanhado do seu irmão Dr. David Pantarolo, advogado. E deixar também registrado os nossos agradecimentos ao Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury que estará promulgando logo mais a lei que cria o Município de Guamiranga.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Essa presidência associa com as boas vindas

aos visitantes e concede a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Senhora e Srs. Deputados, hoje, dia 20/11, dia Nacional da Consciência Negra, onde reverencia-se os 300 anos da imortalidade do Zumbi dos Palmares. Hoje, em Brasília há uma manifestação organizada por todos os Movimentos Negros que lutam justamente ainda pelo fim dos resquícios da escravidão. Lutam pelo fim das desigualdades, buscando os mesmos direitos e buscando viver igualdade econômica como todos nós merecemos. Essa semana da consciência negra, não busca somente a consciência individual, mas sim a consciência coletiva de todos aqueles que sabem da sua condição de negro, vive essa condição de negro e são vítimas por serem negros.

Nós sabemos Srs. Deputados que no nosso País de toda a população rural que tem 80% é negra e está no campo justamente porque lá aonde está mais distante da cidadania.

Sabemos Srs. Deputados que o Estado brasileiro tem tratado a questão da violência como se ela fosse por igual na sociedade e que não há diferença entre um bairro de classe média ou um bairro rico, com favelas e os bairros mais proletários.

As polícias mantêm o seu policiamento, geralmente nos bairros de classe média aonde ocorre o menor número de mortes violentas ou de homicídios. Quando, essas mortes se encontram mais na periferia das cidades e estão lá a maioria dos negros e são lá que são feitas a maioria das vítimas. São lá que são cometidos a maioria dos homicídios.

Além dessa violência física de eliminação há violência legalizada no sentido de fazer esterilização em massa de mulheres pobres e quando, nós sabemos, a maioria dessas mulheres também são negras. Ainda recentemente a Folha de São Paulo divulgou um caderno chamado: Racismo Cordial, aonde mostra, claramente uma das questões que continua fazendo ainda do negro vítima da sociedade. Uma das frases de um médico de São Paulo, é muito clara, ao dizer: "detesto pau d'água e crioulo". Isto é crime de racismo, mas quando chega nos tribunais são julgados como crime de injúria e não de racismo, como manda a Constituição.

Outra manchete que apesar de assalariados os negros recebem metade, ou 1/3 ou 2/3 do que recebem os brancos, pelos mesmo serviço, pela mesma função, demonstrando claramente que há diferenças e os negros são tratados como sendo inferiores. Ainda neste mesmo jornal continua demonstrando que inclusive eles, os negros, metade deles concordam com a teoria e a frase pre-

conceituosa de que negro bom é negro de alma branca!

Estas são algumas frases que demonstram que em nosso País ainda existe racismo, ainda existe o preconceito, mesmo que velado, existe! Se nós, homens brancos, tivermos a consciência do quanto esta raça foi submetida em nosso País a ser obrigada a viver submissos, à escravidão, à tortura. E podemos inclusive dizer que o dia 13 de maio é o dia aonde o homem branco fez a Lei Áurea pensando na sua absolvição e não na libertação do negro. Porque, a partir daí, sem direito a uma habitação, sem direito à Saúde e à Educação, foram deixados à penúria e à miséria, para que hoje o branco pudesse dizer que eles, negros, são vagabundos, porque têm os mesmos direitos, ou são preguiçosos, porque poderiam trabalhar. Quando nós sabemos que desde as suas origens em nosso País, primeiro a escravidão, depois a miséria absoluta, sem nenhum direito levaram os negros a viver sempre aquém das necessidades básicas, levaram os negros a viver sem nenhum direito de cidadania! E hoje, vítimas do preconceito e dessa condição social não têm ainda acesso à Educação como a maioria dos brancos o tem, basta ver o percentual nas universidades brasileiras, aonde raramente encontramos o negro!

Quero deixar aqui a minha parte da consciência que tenho, e me colocar à disposição dos negros e negras brasileiros, para que meu Mandato seja instrumento na luta por esses direitos e pela liberdade da raça negra, nessa semana de consciência negra, dos 300 anos da imortalidade de Zumbi.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra do Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só para deixar registrado, neste Parlamento, a satisfação e a alegria que eu e o Deputado Luiz Carlos Martins, no dia 14 de dezembro iremos receber o prêmio TOP OF MIND, realizado pela maior revista de marcas e patentes do Sul do País. E esse prêmio era só distribuído em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Receberá esse prêmio a Gazeta do Povo, como a marca mais poderosa do Estado do Paraná. Receberá esse prêmio a Rede Globo, a Rádio Clube Paranaense, o comunicador do rádio paranaense o Deputado Luiz Carlos Martins, o comunicador da televisão brasileira do meu Estado, este que vos fala a essa pesquisa foi realizada em Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, pelo Instituto Bonilha, pela FIEP e pela Amanhã Marcas e Patentes, a

maior revista de marcas e patentes da história do Sul do País.

Para mim é uma satisfação receber este prêmio ao lado do empresário Dr. Francisco Cunha Pereira, ao lado de marcas que realmente dominam o Paraná. Quero deixar nesta Casa que durante um ano eu fiquei fora de uma Rede de Televisão e fui convidado pela Rede Independência, que hoje é uma marca poderosa no Paraná. Por que é poderosa? Porque congrega um pool de rádio e televisão. Vai inaugurar dia 10 em Paranaguá a maior retransmissora do litoral do Estado do Paraná. Vai reinaugurar agora a maior torre do litoral do Estado abrangendo de Pontal do Sul até Guaratuba a Rede Independência, que retransmite a rede Record de Televisão, faz parte de um pool de emissoras que quer levar a imagem estritamente do Paraná.

Antes do meu programa nós teremos um grande jornal paranaense divulgando a classe política do meu Estado. Será um jornal para Maringá, quer dizer a rede Independência começa uma nova marca de jornalismo no Estado do Paraná, contratando jornalistas de credibilidade para dar a sua opinião em liberdade e independente daquilo que acontece no Estado do Paraná, divulgando fatos da AL, dos Senhores Deputados, não para agredir o parlamento, mas sim para divulgar aquilo que é melhor para o parlamento.

Então quero deixar registrado nesta tarde a matéria ampla que publicou a Gazeta do Povo na edição de sábado, onde foi ali citado o meu nome, o nome do Deputado Luiz Carlos Martins, como os comunicadores com a maior marca no Estado do Paraná.

Agradeço ainda a pesquisa do IBOPE que saiu hoje e que dá o meu programa como o campeão de audiência no Estado do Paraná, é claro segundo lugar após a Rede Globo de Televisão e quero também aproveitar e pedir ao ilustre Presidente deste Parlamento que me incumbiu o Sr. Deputado Antonio Belinati, que está em São Paulo em tratamento, por motivo de saúde, que pedisse ao ilustre Presidente deste parlamento, Deputado Anibal Khury, que com muita sabedoria e com muita galhardia vai colocar amanhã o projeto que aumenta o salário dos funcionários do IAPAR no Estado do Paraná e espero ilustre Deputado Anibal Khury, falando em meu nome, em nome do IAPAR de Londrina, em nome de todos os Deputados. Porque não adianta, não é Projeto do Deputado Antonio Belinati não; não adianta eu vir aqui apresentar um Projeto se eu não tiver apoio de todo o Parlamento, não adianta nenhum Deputado, não adiantaria o Deputado Ângelo Vanhoni apresentar uma emenda para o Banestado se o Deputado Vanhoni não tivesse o meu apoio e o apoio dos demais Deputados. Ficaria o Deputado Vanhoni ho-

ras e horas na Tribuna desse Parlamento lutando pelo seu ideal e quando de lá descesse o Deputado Vanhoni o Parlamento negasse o seu Projeto.

Então o Parlamento é para Parlamentar, além de Parlamentar há necessidade de que todos os Deputados se englobem num ideal quando subirem à Tribuna.

Então, não adianta eu vir aqui apresentar um Projeto também e eu não contar com o apoio do Deputado Vanhoni, do Deputado Nereu, com o apoio do Deputado Luiz Accorsi, com o apoio de todo o Parlamento. Nós não somos sozinhos, nós dependemos de todos.

Então o Projeto não é apenas do Deputado Antonio Belinati, é do Deputado Algaç, é meu, é do Deputado Vanhoni, é do Deputado Augustinho Zuchi, é da Deputada Ironi Pugliesi, a única mulher representando a mulher brasileira do meu Estado nesse Parlamento, do Deputado Edno, de todos os Senhores Deputados, me perdoe se eu não consigo falar o nome de todos.

Mas o Projeto IAPAR é um todo, então todo ele tem que vir ao Parlamento e todos vão votá-lo, e eu tenho certeza que o Projeto aqui passará mas dependerá exclusivamente do Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Jaime Lerner, se ele vai vetá-lo ou vai transformá-lo em lei. Se vetá-lo nós vamos ter que ver o argumento do ilustre Deputado Antonio Belinati e também ver o argumento de todo o Parlamento que votou a favor para que possamos derrubar o veto.

Espero ilustre Parlamentar, Deputado Anibal Khury, que Vossa Excelência traga na tarde de amanhã, antes de ouvirmos o Senhor Secretário de Segurança Pública, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, que Vossa Excelência traga amanhã o anseio, a ansiedade, o sofrimento, o desejo, as lágrimas, mas o sorriso de ver o Projeto do aumento do IAPAR seja definitivamente aprovado nesta Casa e que a minha voz e a voz de todos esses Deputados que estão aqui, acreditem Senhores do IAPAR, todos, não é um, não sou eu, não é Belinati, não é ninguém, são todos, todos, se o Governo aprovar e o Parlamento forte do meu Estado é que aumentou os salários dos funcionários do IAPAR.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A semana que vem, segunda e terça-feira mais precisamente, a Comissão de Educação e Cultura da Assembléia Legislativa, juntamente com a Comissão de Constituição

e Justiça, Deputado Orlando Pessuti, Deputado Valmor Trentini, estará realizando o Fórum Paranaense de Ciência e Tecnologia, que tem por tema a política de Ciência e Tecnologia do Paraná.

Nós sabemos que o nosso Estado apesar de ser um dos Estados mais desenvolvidos, mais ricos da Federação, é um dos Estados que infelizmente se encontra em grande atraso com relação aos demais, no que diz respeito a uma política de Ciência e Tecnologia. Mesmo Estados pobres do Nordeste, Ceará, e Maranhão, já tem sua fundação de amparo a Pesquisa já regulamentada na sua Constituição. Enquanto o nosso Estado que prevê no Artigo 205, que deverá dispor de 2% do Orçamento para incentivo ao desenvolvimento a pesquisa básica da Ciência e Tecnologia até hoje esse Artigo não foi regulamentado e existe um Conselho que não funciona o chamado CONSITEC. o Governo acaba não repassando esses recursos fazendo com que haja atraso relativo de uma questão importante principalmente no momento em que vivemos nessa época relacionada a Ciência e Teconologia.

A regulamentação desse Artigo poderia inclusive ajudar a grave crise em que se encontram as Universidades, Faculdades Estaduais e Instituições de Ensino Superior do nosso Estado.

Então pensando nisso, e conversando com o Deputado Orlando Pessuti e com a Comunidade Científica aqui do nosso Estado, nós apresentamos um Projeto Substitutivo ao Projeto do Deputado Orlando Pessuti, estivemos em audiência com a Vice-Governadora Emilia Belinati, ex-Deputada, com o Líder do Governo nesta Casa, onde se deu muito bem, porque o Projeto que estamos apresentando juntamente com o Deputado Eduardo Trevisan, Deputado Orlando Pessuti, Joel Coimbra e Walmor Trentini é semelhante ao Projeto apresentado em Legislação anterior pela hoje vice-Governadora do Estado e o próprio Líder do Governo nesta Casa. Esse projeto infelizmente foi vetado em vários artigos pelo ex-Governador Roberto Requião, a Assembléia não conseguiu derrubar o veto e hoje a luta da Comunidade Científica começa mais uma vez, o Projeto já tem parecer favorável nesta Casa nas Comissões de Constituição e Justiça e Educação da Assembléia, mas sabemos que dentro do Governo Jaime Lerner existe uma posição diferenciada do atual Secretário de Ciência e Tecnologia Alexandre Beltrão.

Por isso tudo, é que vemos um momento privilegiado esse final de ano para realizar o seminário. O seminário terá início às 9:00 horas da manhã em sua abertura, onde serão convidados várias autoridades o presidente desta Casa de Leis. Às 10:30 temos o primeiro painel sobre Ciência e

Tecnologia no mundo atual, onde estará presente o Presidente da SBPC Sr. Sérgio Ferreira e Irma Passoni, Coordenadora da CPT sobre o atraso tecnológico do Brasil. Às 14:00 horas teremos uma discussão sobre Políticas Governamentais de Ciência e Tecnologia e já está confirmada a presença do Ministro da Ciência e Tecnologia Israel Vargas e Alexandre Beltrão - Secretário da Ciência e Tecnologia do Paraná.

Nesse painel procuramos detectar a visão Governamental sobre as formas de utilização da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento do Brasil e do Paraná.

Às 6:00 horas um painel sobre Experiências das Fundações de amparo à Pesquisa no Brasil. Essa experiência nos interessa muito, porque o nosso Projeto Substitutivo cria uma Fundação de amparo à pesquisa gerida democraticamente pela Sociedade Civil representação partidária da Sociedade Civil, do Governo do Estado, da Comunidade Científica, empresarial e dos trabalhadores.

Dia 28/11 às 09:00 terça-feira, nós teremos o Tema Financiamento à Ciência e Tecnologia e teremos aqui presente no plenário da Assembléia Abílio Baeta Neves, Presidente da CAPES, José Galizia Tundisi - Presidente do CNPQ, Lourival Carmo Mônico - Presidente da FINEP. Haverá nesse dia apresentação dos principais programas de financiamentos planejados pelas agências nacionais de fomento à pesquisa.

Às 14:00 do dia 28/11 - Ciência e Tecnologia no Paraná - Diagnóstico e Perspectiva, onde estará a Prof. Glaci Terezinha da SBPC do Paraná, o Sr. Solo Cordeiro de Araújo da APEB, Paulo Agostinho do CEFET, Side Cordeiro Silva do DIEESE. E às 16:00 horas nós organizaremos então a partir desse Seminário o Fórum da Ciência e Tecnologia que será uma organização permanente de debates constantes sobre os problemas do nosso Estado de intervenção também nessa Assembléia com objetivo de fazer um Projeto que crie uma Fundação de amparo à pesquisa e Tecnologia em nosso Estado da melhor forma possível.

Então nós viemos aqui hoje nessa Tribuna para convidar a todos os Senhores Deputados, a imprensa de uma maneira geral, a participarem desse debate de extrema importância e agradecer todo o incentivo e apoio que estamos recebendo, particularmente do Deputado Orlando Pessuti, que soube aceder essa idéia de substitutivo ao seu projeto original, ao próprio líder do Governo, que participou conosco na audiência com a vice-Governadora, Deputado Walmor Trentini, Deputado Eduardo Trevisan, todos os membros da Comissão de Educação da Assembléia e da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Se-

nhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário do Pequeno Expediente.

De acordo com o Requerimento aprovado por esta Casa, o horário destinado ao Grande Expediente será ocupado pelo Senhor Marcos Pagani, coordenador da AIPOPEC - Associação de Integração Comunitária Pró Estrada do Colono.

Concedo a palavra ao Senhor Marcos Pagani.

O SR. MARCOS PAGANI - Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Senhores Deputados, Senhora Deputada. (Lê):

"As cataratas do Iguaçu foram a fonte de inspiração para a criação do Parque Nacional do Iguaçu, por ocasião da ilustre visita de Santos Dumont em abril de 1916.

Após ter viajado por diversas horas a cavalo para chegar até as cataratas, ficou tão impressionado com sua beleza que lá permaneceu por três dias num humilde hotelzinho a admirá-la. Ao partir, declarou que iria 'providenciar imediatamente a expropriação das cataratas'.

De fato, três meses depois, através do Decreto nº 653, de 28 de julho de 1916 do Estado do Paraná, o lote de terras pertencente ao Senhor Jesus Val da ex-Colônia Militar, com uma área de 1.008 ha., à margem direita no Iguaçu, junto aos Saltos de Santa Maria, é declarado de Utilidade Pública, para fim de nele se estabelecerem uma povoação e um parque.

A primeira demanda judicial ligada ao parque Nacional ocorreu em 1916, em função do ato desapropriatório, só havendo solução em 10 de julho de 1919, em função de acordo entre as partes, tendo sido lavrada a competente escritura no 2º Tabelionato da Capital.

O Decreto nº 2.153, de 20 de outubro de 1930, do Estado do Paraná, amplia para cerca de 3.300 ha, a área desapropriada em 1916, com o mesmo propósito, estabelecer uma futura povoação e um Parque Nacional.

O Governo Federal, considerando o disposto no Código Florestal assim como no Decreto nº 2.153, acima referido, pelo qual 'O Estado do Paraná' fez doação ao Governo Federal das terras necessárias para a instalação de um parque Nacional, baixa o Decreto nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939, que cria o Parque Nacional do Iguaçu, junto às Cataratas do Iguaçu, e cuja área será fixada depois do indispensável reconhecimento da região (Art. 2º).

Criado em 1939, a área do parque Nacional do Iguaçu se limitava apenas a alguns quilômetros acima da margem direita do Rio Iguaçu, distante da BR 163, Estrada

do Colono.

Seus limites atuais, propostos em 1942, só tomaram força legal em 1944, pelos Decretos n° 6.506, de 17 de maio, n° 6.587, de 14 de junho e n° 6.664, de 7 de julho.

Como se sabe, o governo deixou de concretizar as indenizações ensejando aos antigos proprietários a venda parcelada das terras, e, em consequência a formação de vários núcleos conhecidos como Santo Alberto do Iguaçu, São José do Iguaçu, Índios, Iguaçulândia, Capoeirinha, até que em 1967, em obediência à Portaria n° 42, do Senhor Ministro da Agricultura, foram determinados os trabalhos de regularização fundiária do Parque... concluídos somente em 1972, tendo sido constatada a existência de 457 famílias de colonos, cultivando uma área de lavouras, com mais de 4.000 ha., sendo a maior parte localizados nas proximidades da localidade de Capoeirinha, Município de Medianeira.

Usuários intensivos da Estrada do Colono, mesmo antes da criação do Parque Nacional, com seus limites atuais, somente em 22 de dezembro de 1978, o último colono passível de desapropriação desocupou a área.

O Decreto n° 84.653, de 23 de abril de 1980, declarou de utilidade pública as áreas das empresas rurais encravadas dentro do Parque Nacional e autorizou o IBDF a promover as desapropriações das referidas áreas na forma da legislação vigente. Atualmente o Parque Nacional do Iguaçu, possui uma área de 170.086,76 ha.

A primeira manifestação de interesse no fechamento da BR-163, partiu do então IBDF, através do seu Plano de Manejo - Parque Nacional do Iguaçu, publicado em 1981, contendo a seguinte citação na página 11:

'De longa data, vem se pugnando pelo fechamento dessa estrada, sem lograr êxito. Do ponto de vista técnico, essa estrada deve ser fechada e passar para uso exclusivo do Parque (manutenção, proteção, fiscalização e pesquisa)'.

Na página 77, do referido Plano de Manejo, no Cronograma Físico, a primeira atividade sugerida para o Subprograma de Proteção é:

'Interditar a BR-163, que atravessa o Parque'.

Com as obras de pavimentação da rodovia BR-163 se aproximando dos limites do Parque Nacional do Iguaçu, começaram as manifestações desfavoráveis a execução desta obra que atravessa o Parque Nacional do Iguaçu.

Tais manifestações ganharam forma em 04.08.86, quando o Senhor Arnóbio Ricardo da Silva, apresentou 'Notitia Criminis' e Denúncia contra o ato do Departamento de

Estradas de Rodagem pelo asfaltamento da rodovia BR-163, trecho que liga Capanema a Medianeira, através do Parque Nacional do Iguaçu.

Surge a AIPOPEC - Associação de Integração Comunitária Pró Estrada do Colono, para atender os interesses dos 17 municípios que haviam sido admitidos litisconsorcialmente na ação civil pública. Na maioria, municípios limítrofes ao Parque Nacional do Iguaçu, ou que tinham interesse declarado na reabertura daquela estrada. O principal objetivo da AIPOPEC é a representação judicial e extra-judicial dos municípios membros.

Em 11.05.88, foi interposta ao Tribunal Federal de Recursos, alegando Cerceamento de Defesa. O tribunal manteve a liminar e determinou a perícia requerida.

Em 30.09.88, foi designada a perícia nomeando os peritos.

Em 14.11.88, manifestando-se o MM. Juiz sobre o pedido de remessa de ofício, aos setores do DNER e do ministério da Aeronáutica, feitos pelo Estado do Paraná, recebeu-o como Agravo retido, e finalizando, determinou que aguardasse o início da prova pericial, ficando assentado a desconsideração, de parte do Estado do Paraná, em NÃO ADIANTANDO O 'QUANTUM', como OBRIGAÇÃO QUE LHE INCUMBE, vencido o prazo, SIGNIFICARÁ TÁCITA DESISTÊNCIA DA REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL.

Em 17.11.88, através de audiência foi instalado o início da prova pericial, estipulado o prazo de 45 dias, para depósito dos honorários devidos pelo Estado do Paraná, para a conclusão dos trabalhos. As partes foram intimadas e o Estado nada alegou.

Em 28.11.88, o Estado do Paraná, INCONFORMADO COM A OBRIGAÇÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO PARA OS PERITOS, interpôs um AGRAVO DE INSTRUMENTO, que foi autuado em separado.

Os municípios deixaram decorrer o prazo legal de recursos sem nada requererem. Apesar de intimados (folhas 1.165 verso), os municípios não providenciaram o depósito dos honorários dos peritos.

Durante aproximadamente um ano e meio não houve nenhum progresso nos autos em função do AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto pelo Governo do Estado do Paraná.

Em 18.06.90, sobreveio então a sentença do MM. Juiz Federal em exercício, na 1ª Vara, Doutor Rubens Raimundo Hadad Viana, considerando PRECLUSO O DIREITO À REALIZAÇÃO DE PROVAS PERICIAIS. Esta sentença ocorreu após a manifestação de Jardimópolis, em Medianeira, que contou com a participação de milhares de pessoas, como também dos Governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 28.06.90, o procurador dos municípios, Doutor Adyr Sebastião Ferreira, apresentou embargos Declaratórios, Repellido por unanimidade..

Em 07.07.90, o Estado do Paraná apelou da sentença. O Ministério Público inter pôs AGRAVO RETIDO.

Em 08.08.90, os municípios apelaram da sentença, requerendo a nulidade da decisão pelo cerceamento de defesa.

Em 12.06.91, os autos encontravam-se conclusos com petição requerendo vistas e cargas dos autos.

Em 04.02.92, o Procurador dos Municípios, peticiona requerendo que os autos subam ao Tribunal Regional Federal em Porto Alegre.

Em 06.02.92, os autos foram conclusos ao Juiz da 1.^a Vara da Justiça Federal de Curitiba.

Em março/92, em assembléia geral realizada no município de Medianeira, elegeu-se a nova coordenação da AIPOPEC.

Até setembro/92, o Juiz da 1.^a Vara da Justiça Federal em Curitiba, não havia proferido despacho remetendo os autos ao TRF de Porto Alegre. O procurador dos Municípios, doutor Adyr Sebastião Ferreira, se mantém inoperante nos autos se recusando inclusive em receber em audiência os novos Coordenadores da AIPOPEC.

Devido a falta de atendimento e inoperância nos autos por parte do então Procurador, doutor Adyr Sebastião Ferreira, em 21.09.92, a coordenação resolve substituí-lo. Em visita surpresa ao seu escritório em Londrina, consegue apenas uma petição COM RESERVAS de poderes, ao Doutor Pedro Henrique Xavier. Em nova visita ao então procurador Dr. Adyr Sebastião Ferreira, em 28.09.92, na cidade de Londrina-PR, exige-se um substabelecimento SEM RESERVAS de Poderes ao Doutor Pedro Henrique Xavier.

Conseguimos definitivamente substituir o advogado e juntar a nova procuração nos autos.

Em 08.10.92 - O Ministério Público Federal contesta ação dos municípios, juntando Parecer da Comissão de Meio Ambiente do Congresso Nacional, desfavorável ao projeto de Lei do Deputado Werner Wanderer que pretendia a reabertura da Estrada do Colono.

Somente em 09.10.92, o Doutor Edgard Antonio Lippmann Júnior, Juiz em exercício, profere o seguinte despacho de folhas 1.438'....II. Subam os autos a elevada apreciação do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, atendida as cautelas pertinentes. Intimem-se'.

Em 30.10.92 - publicado o despacho supra no DJ 3770.

Com a realização da ECO 92, fixa-se o conceito de MANEJO SUSTENTADO, associando preservação ambiental ao desenvolvimento

econômico.

Deixar árvores e animais intocados onde estão é charmoso, mas nem sempre representa o gesto mais ecológico, se considerarmos que uma das prioridades da ecologia é a preservação da vida humana, ou melhor, de uma estabilidade planetária num futuro que possa nos incluir.

Com o fechamento da Estrada do Colono, e a visão conservacionista do meio ambiente, as regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, passaram por momentos de grande tensão, tendo na época sido declarado "Estado de Emergência", pelo Município de Medianeira. Não bastasse o caos local, sobreveio em forma de avalanche os prejuízos econômicos. No Município de Capanema, no período de 1986 a 1991, ocorreram 249 baixas de alvarás, reduzindo em 73% a participação da indústria naquele município. A população estimada pelo IPARDES, em 1986, era de 30.691 habitantes, no ano de 1991 o censo apurou uma população remanescente de 19.371 habitantes.

Enquanto no Município de Capanema a população era reduzida em aproximadamente 32%, no mesmo período o sudoeste registrava um crescimento populacional de 22%.

No período de 1986 a 1990, o Sudoeste do Paraná, apresentou um crescimento real do valor adicionado na ordem de 63%. Todavia, exemplificativamente, o município de Capanema, neste mesmo período, teve um decréscimo de 39%. Esse mesmo município apresentou uma perda de receita equivalente a 109,8 (cento e nove inteiros e oito décimos) milhões de dólares americanos, e o município de Medianeira de 190,8 (cento e noventa inteiros e oito décimos) milhões de dólares americanos, segundo dados da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, no período de 1987 a 1991, em levantamento realizado pelo economista e professor livre docente da Universidade Federal do Paraná, Dr. Admir Clemente.

Não é possível manter o Parque Nacional do Iguaçu preservado sem a participação ativa da população lindeira nas ações necessárias ao seu 'bem estar ambiental'. Precisamos desenvolver um projeto de ecoturismo para uso racional daquela estrada interdita, que tenha como princípios fundamentais:

1. A preservação do Parque Nacional do Iguaçu;
2. A participação ativa da população lindeira ao Parque;
3. A implantação de um Museu da Estrada do Colono com o objetivo de centralizar as ações de Educação Ambiental;
4. A efetiva construção de uma rodovia parque que permita o fluxo do ecoturismo, única forma de manter o Parque Nacional do Iguaçu preserva-

do sem o risco de degradação.

Sabemos que 'a chave de uma evolução ecológica não é o assistencialismo preservacionista. Preservar um bosque e lutar contra a extinção das baleias são atitudes louváveis, mas em algumas circunstâncias, excetuando-se os andarilhos daquele bosque e as próprias baleias (que terão motivo para agradecer), a natureza é indiferente a esses gestos de boa vontade.

Ela, aliás, se pudesse, estaria mais para uma reclamação que para um obrigada'. Isso porque continuam a tratá-la como o parceiro inerte e passivo de sempre, como se a Senhora Natureza fosse uma peça de museu, isolada e mumificada, que é preciso embalar, acondicionar e deixar depositada lá - baleias no mar, árvores no bosque, protegida do tempo e dos homens.

A natureza, porém, é tão dinâmica e reativa quanto a sociedade dos homens. Só no momento em que estes passarem a tratá-la como uma força viva, presente no dia-a-dia de toda a sociedade, e não apenas em edículas florestas tropicais, é que a relação homem versus natureza evoluirá de patamar, para benefício de ambos.

Uma verdadeira consciência ecológica, é aquela que se preocupa com a ecologia na economia dos países e regiões.

O lugar atual do pensamento ecológico é na fábrica, no supermercado, numa fazenda, na exploração florestal, na exploração de minérios, ou de fontes energéticas - e não perdido em sonhos entre a fauna e flora de uma ilha paradisíaca.

Só assim estará garantida a sobrevivência de uma das mais caras espécies do planeta: o homem.

Muito obrigado.

Francisco Beltrão, 20.11.95"

Quero neste momento, passar a palavra ao Dr. Pedro Henrique Xavier que é o procurador dos municípios do sudoeste e oeste do Paraná, com a intenção de que faça um relato dos principais acontecimentos do processo de ação civil pública que interdito a Estrada do Colombo.

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER - Exmo. Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Antes de passar ao conhecimento de V.Exas. alguns detalhes técnicos do processo, não posso me furtar ao ocupar esta tribuna, de lembrar da figura de meu pai. Foi Deputado desta Casa, foi presidente desta Casa, o para mim tão saudoso, Deputado Júlio Rocha Xavier. E por que lembro do meu pai? Primeiro evidentemente, pela honra de estar ocupando esta tribuna, mas, principalmente nesse momento, por duas expressões que Júlio Rocha Xavier me disse e que ambas calaram profundamente dentro do meu íntimo. A primeira vez que ouvi meu pai falar em ser deputado e ser candidato

à reeleição, perguntei: "Pai, por que não deputado federal? Por que sempre deputado estadual, desde 46?" Ele me disse: "Simples, porque esta Casa, a Assembléia, é a grande trincheira do povo paranaense" e, como ele disse: "Pobre Paraná, tantas vezes espoliado!".

E outra expressão dele que me parece muito pertinente neste momento, sempre que se falava em ecologia, em proteção ao meio ambiente era: "Meu filho, a maior agressão à ecologia é a agressão da miséria".

Senhores Deputados, o fechamento da Estrada de Colombo é uma agressão à população do Sudoeste do Paraná, é uma agressão ao Paraná, como estado da federação que tanto contribui para o engrandecimento desse país, dessa nação e é uma sucessão de equívocos que não podem continuar irrespondidos. É preciso como veremos já em seguida, Senhores Deputados, que o povo se faça ouvir, que o povo faça-se presente numa discussão que até agora se desenvolveu exclusivamente em torre de marfim, entre o Ministério Público Federal, entre uma justiça federal, junto a tribunais federais e em que a população estadual, do nosso Paraná jamais pode ser consultada.

V. Exas. permitam-me dizê-lo e não vos ofendam com o que acabo de dizer. V. Exas. são o povo do Paraná e é justamente o povo do Paraná que precisa ser ouvido neste momento.

Senhores Deputados, em 1.986, mercê de um gravíssimo equívoco é fechada uma estrada pública, uma estrada que existe desde 1.923. O fechamento dessa estrada, como o Senhor Presidente da Associação que congrega os municípios da região mencionou, leva, passados 9 anos, a uma situação de miséria para inúmeros municípios daquela região. O pior, Senhores Deputados, é que essa liminar foi concedida em 1.986 sem que, pasmem, em nenhum momento, nenhum dos envolvidos, IBDF, Estado do Paraná e os próprios municípios atingidos, sem que nenhum deles tomasse aquele recurso mais simples, o recurso mais comum e tantos de V.Exas. são advogados, um simples Agravo de Instrumento. Nada disso foi feito e materializou-se uma liminar que já vigora há 9 anos e que hoje se torna insustentável.

Permitam, rapidissimamente sintetizar o que aconteceu com o processo. É definida a liminar. Não se recorre da liminar. Advogados do Estado, dos municípios, IBDF entram com defesas, peças jurídicas de grande valia, mas taticamente equivocadas e em decorrência disso, o processo tem segmento até que um ano depois, a ação é julgada procedente. Mas procedente sem que os municípios, nem o Estado do Paraná tivessem tido o mínimo direito de fazer o

exame pericial. Se falou todo o tempo que a Estrada do Colono aberta era uma agressão ao parque, como se o parque não fosse muito posterior à estrada. Se falou o tempo todo dos prejuízos à ecologia. Mas quando os Municípios do Sudoeste do Estado quiseram um exame pericial para provar que dano não haveria, isso a Justiça Federal negou ao povo paranaense. Claro, o processo foi anulado, não poderia ser de outra forma. Anulado o processo por decisão unânime, Senhores Deputados, decisão unânime do então Tribunal Federal de Recursos hoje Superior Tribunal de Justiça, anulado o processo por uma decisão em que o ministro relator reconheceu, textualmente, que a estrada era de 1923. Enquanto o parque criado por Decreto Lei de Getúlio Vargas foi instituído 16 anos depois.

Anula-se o processo. Manda-se que a Justiça Federal novamente decida a questão, dando ao Estado do Paraná e aos municípios paranaenses o direito de fazerem prova. O que a Justiça Federal decide, outra vez, Senhores Deputados? Pura e simplesmente nova sentença diz, laconicamente: "Renovo os mesmos argumentos anteriores". E continuamos, Senhores Deputados, sem o exame pericial.

Entramos no processo apenas nesta fase e conseguimos anular, mais uma vez, agora no Tribunal Regional da 4.^a Região, essa mesma agressão ao povo do Sudoeste, ao povo paranaense. E esse é o motivo peculiar dessa nossa presença nesta Casa de Leis.

Há uma possibilidade processual, de que esta liminar seja suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região. Como não se usou o recurso admissível na época oportuna, a única possibilidade, agora, está na própria Lei de Ação Civil Pública que diz que a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada - e meus clientes são 16 municípios da Região do Sudoeste -, mas desde que haja ameaça ou grave ameaça de lesão à ordem, à saúde, à segurança e economia pública, o Tribunal pode, o Presidente do Tribunal pode suspender a liminar.

Esse é o apelo que se faz a V.Exas.: a possibilidade da suspensão da liminar agora que, mais uma vez, restou anulado o processo por cerceamento de defesa do Estado do Paraná e dos municípios, já que esta possibilidade se reabre, Senhores Deputados, é fundamental que o povo tome partido. É fundamental que o povo diga: o fechamento dessa estrada nos leva à pior das agressões ecológicas a agressão da miséria. E o povo? O povo está nesta Casa, Senhores Deputados. É fundamental podermos contar com o apoio de V.Exas. É preciso que a Assembleia Legislativa se inteire dos fatos ou aprofunde o entendimento que, por certo, já tem desses fatos. E que diga

presente a este anseio popular que é o anseio do Paraná. Chega do Paraná ser sacrificado em prol dos interesses da União. Esse sacrifício não pode se fazer à custa da miséria de toda aquela gente do Sudoeste do Paraná. Muito obrigado pela atenção de V.Exas. E este advogado, junto com o Presidente da Associação estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Primeiramente gostaria de esclarecer a presença dos Senhores, a nosso convite, porque entendemos que a presença de vocês esclarece os fatos de muitos anos. Neste momento a cautela que nós tomamos com esse drama vivido pela sociedade do Oeste e do Sudoeste, é um total desconhecimento de como foi tratado.

Existe um tratamento por ordem judicial, existe uma batalha jurídica, uma série de equívocos travados a nível da esfera federal e que precisam ser aclarados, precisam ser esclarecidos, principalmente para os nossos Deputados, para que quando emitam opinião sobre o caso, contra ou a favor, estejam perfeitamente sintonizados com a causa, saber o que realmente está acontecendo. Nós que somos de um dos municípios mais prejudicados, que é o Município de Medianeira, temos por obrigação e quando lá fizemos a nossa campanha como Deputado, temos toda a obrigação primeiramente de tentar convencer a sociedade que olhe com mais carinho para a nossa causa, num segundo momento para que entendam que precisamos fazer um estudo para que realmente a reabertura seja possibilitada e quem sabe nós tenhamos aí um plano piloto, um plano experimental da primeira Estrada-Parque, efetivamente construída no Brasil.

Eu até pediria para o Marcos Pagani, para que se manifestasse para os Senhores Deputados e Representatividade Política e os Municípios que compõe, falassem um pouco mais sobre o IAPOPEC, para saber e para que os nossos Deputados saibam que existe uma representatividade popular e institucional considerável ali naquela região.

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER - A Associação de integração Comunitária Pró-Estrada do Colono a IAPOPEC, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída única e exclusivamente para atender os interesses de dezessete municípios da região Oeste e Sudoeste do Paraná no que diz respeito aos assuntos referentes a Estrada do Colono, representação judicial e extra judicial dos municípios daquela região, ela surgiu imediatamente após a sentença liminar que foi em setembro de 86, justamente para articular o trabalho desses municípios, para

que cada município não tivesse um único procurador e que cada município pleiteasse coisas diferentes dentro dos autos. Assim esses municípios são representados única e exclusivamente por um Procurador que é o Dr. Pedro Henrique Xavier, atualmente apenas 3 anos, porque quando assumimos a AIPOPEC em 92, a primeira atitude que precisamos tomar, para fazer, para manter a nossa vigilância nos autos, foi a imediata substituição do então Procurador dos Municípios, por razões óbvias. Ocorre que só foi possível a sequência desses autos em função da atuação do Dr. Pedro Henrique Xavier.

Caso não houvesse a estreita vigilância da AIPOPEC nos autos, certamente o processo de ação civil pública, que interditiou a Estrada do Colono, já estaria arquivado, já estaríamos com esse assunto, a ação já teria perdido o seu objeto em função da falta de manifestações nos autos. Nós os Municípios somos os únicos a continuar pleiteando a reabertura dessa estrada e o Estado do Paraná há pelo menos 6 anos não se manifesta nos autos, apesar de ser Réu litisconsorte no mesmo grau que os municípios lá representados.

O SR. NEREU MOURA - Dr. Pedro Xavier, inicialmente quero parabenizar V.Exa. pela brilhante exposição, também ao Dr. Marcos Pagani trazendo informações relevantes para nos situarmos em relação a este importante assunto que é a Estrada do Colono. Nós que também somos da região, sabemos do significado de que se reveste para todos nós a reabertura da Estrada do Colono e os dados que foram nos fornecidos ajuda-nos a criar um horizonte mais perfeito e mais detalhado do que está ocorrendo e porque a estrada está parada.

Muito embora, já tenhamos, estejamos militando neste assunto há tantos anos, gostaria de perguntar o que efetivamente a Assembléia Legislativa poderia fazer no sentido de cooperar eficazmente para que a gente possa ter uma solução a fim de que a Estrada do Colono seja reaberta trazendo imediatamente para o Oeste do Paraná e para o Sudoeste as melhorias da qualidade de vida da nossa população e também as melhorias, sobretudo na movimentação econômica que o Oeste e Sudoeste terão, sem sombra de dúvida com a reabertura daquela importante via de acesso que por dezenas e dezenas de anos serviam, eu mesmo me utilizei daquela via de acesso, serviu de escoamento, de ligação entre o Oeste e o Sudoeste, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná.

Desta forma, gostaria que V.Exa. se manifestasse para esclarecer o que a Assembléia Legislativa poderá fazer para ajudar nesta questão.

O Sr. Augustinho Zucchi - Só um minutinho, por favor, apenas gostaria de, complementando o Deputado Nereu Moura, V.Exa. já responde conjunto aí. Inicialmente gostaria de dizer que é realmente uma luta de muito tempo com inúmeros problemas, acho que a população do Sudoeste por algumas vezes se movimentou, se mobilizou junto com a população do Oeste e vejo aqui também o Deputado Caíto Quintana, Líder do PMDB que por muitas e muitas vezes também, colocou a sua atuação parlamentar junto com os demais Parlamentares aqui de então, na possibilidade da abertura da Estrada do Colono.

É claro que nós, que somos da região, especificamente eu que represento Pato Branco e a região Sudoeste, sabemos das dificuldades que essa medida judicial acarretou para nossa população.

Também sabemos, de que alguns organismos nacionais e até internacionais presavam muito pelo fechamento da Estrada do Colono, dizendo que evidentemente, do seu fechamento dependia a preservação daquela área que é importante, que é o Parque Nacional do Iguaçu.

Gostaria de, complementando o que o Deputado Nereu Moura colocou e até para que outros Deputados que não tivessem conhecimento dos detalhes dessa questão, pudessem evidentemente tomar esse conhecimento de que, me permita até colocar uma sugestão nesse sentido. Que fosse feito por esta Associação e por todos que estão envolvidos na organização dessa, de busca de alternativas para resolver esse problema. De que fosse feito o relato sucinto a respeito de qual é a situação jurídica do caso, quais são os problemas econômicos e quais são as alternativas para que possam solucionar o problema.

Então, gostaria de deixar essa sugestão a Vossa Excelência.

O SR. PEDRO HENRIQUE XAVIER - Senhores Deputados, a Assembléia pode ajudar e muito, numa solução que atenda aos interesses das populações envolvidas e da população paranaense como um todo.

Costumo dizer que esta ação civil pública, ela é fruto de um grande equívoco, na verdade de uma série de equívocos.

Primeiro equívoco dessa ação, é um equívoco jurídico, o equívoco jurídico está entre o Judiciário, não pode se fazer substituir ao Executivo ou ao Legislativo e dizer que um bem é público ou não é. Usando um termo técnico, não compete ao Judiciário decretar a afetação ou desafetação de um bem público. O Judiciário deve simplesmente aplicar a norma. Dizer que uma estrada é pública ou não é, ou pior, dizer que ela é pública, mas a par-

tir de agora por decisão do Judiciário não é mais, isso viola o princípio republicano da separação dos poderes. Esse é um equívoco jurídico muito discutido ao longo do processo e que levou a anulação das duas sentenças proferidas nessa ação.

Mas há um segundo equívoco, é o equívoco ecológico, a Estrada do Colono, e os Senhores Deputados da Região do Sudoeste sabem disso muito bem, é antiga, muito mais antiga que o Parque. E a estrada do Colono antecedeu e sobreviveu ao Parque sem em nenhum momento causar-lhe risco. Há o equívoco portanto ecológico, no sentido de que a utilização da estrada acarretaria o término do Parque.

O terceiro equívoco grave, e V.Exa. mencionou há pouco, a questão do interesse internacional ou de organismos nacionais e no fechamento do Parque.

Na realidade, todos aqueles que falam nessa ação, são pessoas fora do Estado do Paraná.

Com todo o respeito que a função institucional merece, mas o Juiz que mandou fechar o Parque não era Paranaense. O segundo Juiz que deu a segunda sentença repetindo a primeira, é Juiz mineiro. As instituições que tem atuado em defesa são instituições muitas vezes nem sediadas no Brasil, ou seja, com uma preocupação louvável de proteger a ecologia, muito louvável, misturaram as coisas, e resolveram assestar baterias contra quem não está causando problema nenhum, a estrada do colono não causou problema nenhum ao parque. Se fosse assim Srs. Deputados, já que o parque é de 39 e a estrada é de 23, nós não teríamos no momento da ação civil pública mais estrada nenhuma; e não é disso que se trata. Mas Srs. Deputados, há um equívoco que nos interessa agora mais de perto, houve um equívoco tático processual, para não ofender suscetibilidades, sabe-se lá porquê, os então procuradores dos Municípios resolverem não acatar a decisão agravada, quando qualquer advogado sabe que decisão judicial, contra a qual não se pode conformar, deve ser agravada no prazo de cinco dias. Isso não foi feito. E com isso o que nós tivemos? Nove anos se passaram sem que a liminar fosse atacada. A chance de atacar a liminar é agora porque o processo agora dia 10 de novembro foi negado o segmento ao recurso especial do Ministério Público Federal, com isso os autos vão baixar e é possível processualmente se pedir a suspensão da liminar, alegando o que? A grave lesão à economia pública. Eu penso, Srs. Deputados, sendo bem objetivo, que uma manifestação desta Casa endereçada a Sua Excelência, o Presidente do Egrégio Tribunal Federal da 4ª Região em Porto Alegre, mostrando a preocupação do povo por seus re-

presentantes com essas sérias consequências...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A mesa avisa o orador que está esgotado o tempo concedido.

O SR. LUIZ HENRIQUE XAVIER - Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, apenas para encerrar o assunto, dizer Sr. Presidente, agradecer à Mesa pela gentileza de ter cedido este espaço, e queremos agradecer imensamente, e dizer que a preocupação que leva neste momento a gente debater essa causa é que está voltando o processo para Curitiba, e precisamos agora fazer um periclitamento. Quer dizer, na verdade é um estudo do Parque Nacional do Iguaçu, que nem isso nós temos, essa é a grande verdade. E nós precisamos contar sobretudo com as forças políticas para que pelo menos seja estudado o Parque Nacional do Iguaçu, e seja estudado a possibilidade de ter ali uma estrada adequada e não ferir o meio ambiente. Essa é uma questão básica que aí tem uma conotação eminentemente política. Então, o ano que vem provavelmente o Governo do Estado que é réu na causa junto com a AIPOPEC, junto com Associações Comerciais daquela região, estão associados para que entre com a colaboração de estabelecer um projeto de uma estrada parque, depositar honorários para que possamos fazer a perícia, enfim, colaborar politicamente para que nós tenhamos um estudo do parque a possibilidade de ter uma estrada parque. É nesse sentido que nós estamos levantando essa discussão, sem muita polêmica, mas acima de tudo com muita frieza porque tudo que se trata de ecologia tem que ser tratado com o devido cuidado, que a AIPOPEC tem tratado e que os Deputados da região Oeste e Sudoeste têm tratado, e acima de tudo com muita autoridade quando se trata de ecologia porque naquela região começando pelos simples agricultores cuidamos das matas até o recolhimento do lixo urbano.

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Doutor Xavier, e especialmente ao Marcos Pagani.

O SR. PRESIDENTE - Horário das Lideranças:

PPR (Declina).

PP (Declina).

PMDB (Declina).

PT. Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, o que me traz a esta tribuna, Srs. Deputados, gostaria de pegar o testemunho da

CPI do Porto de Paranaguá. Deputado Florisvaldo Fier faz parte, da qual o Deputado Algaci Túlio se eu não me engano é o Presidente da Comissão. O Porto de Paranaguá, Sr. Presidente, investiga, esta CPI investiga um processo de dívidas, de problemas financeiros do Porto de Paranaguá dos últimos anos. Algumas que foram colocadas na imprensa e acho que os membros da CPI tem maior autoridade para esclarecer para a Assembléia Legislativa. Algumas cifras chegam perto de 40 milhões, 50 milhões de reais de dívidas trabalhistas de um passivo do Porto de Paranaguá.

Srs. Deputados, há doze anos atrás, 147 aposentados foram contratados pelo Porto por regime de CLT. Que foram os trabalhadores em regime de CLT do próprio Porto de Paranaguá através de um convênio com o sindicato. A questão de dois meses atrás, a administração do Porto simplesmente comunicou os 147 funcionários de que eles estavam proibidos de entrar na administração e estavam desligados do ponto de vista da sua relação trabalhista com o Porto de Paranaguá.

Naquela oportunidade, nós discutimos aqui e conseguimos através do Deputado Anibal Khury, do Deputado Algaci Túlio que fosse dado mais um mês de prazo e que nesse espaço de tempo fosse discutido a reivindicação dos trabalhadores do Porto. Qual é? Desses aposentados. Que o Porto de Paranaguá pagasse os direitos trabalhistas desta demissão. Isto é: aviso prévio, férias, 13º proporcional, os direitos trabalhistas.

De lá para cá, nesse um mês, houve uma ida e vinda por parte da administração do porto. O Superintendente do porto disse que poderia pagar e de que tinha recursos provisionados na administração para pagar os direitos trabalhistas dos aposentados. Mas no entanto não é nenhum parecer, porque não foi votado, é uma informação de uma acessora do Tribunal de Contas de que esses trabalhadores não tem direito nenhum adquirido do ponto de vista da legislação trabalhista. E este sub-parecer, porque não e nenhuma decisão do Conselho do Tribunal de Contas, a administração do Porto está se negando a pagar os direitos trabalhistas em função desse sub-parecer do Tribunal de Contas.

Quero, aqui, fazer um alerta, porque os trabalhadores aposentados entraram na justiça, como era de se esperar, para garantir os seus direitos. No entanto estiveram presentes aqui na semana passada e eu acho que hoje, inclusive, foram chamados para depor na CPI do Porto de Paranaguá.

Na semana passada eles trouxeram a seguinte informação para uma reunião comigo e com o Deputado Algaci Túlio. Estamos

com uma ação de reintegração do Porto e estamos com uma ação para que o Porto pague os nossos direitos.

O próprio Secretário de Governo do Estado do Paraná, o Sr. Giovani Gionedes, quando não era da administração do Estado do Paraná, quando era ainda procurador do Município de Curitiba, através do seu escritório de advocacia, entrou com uma ação contra a administração do Porto de Paranaguá há três anos atrás para exatamente um caso idêntico a este para fazer com que o Porto reintegrasse e pagasse os direitos dos funcionários.

O Porto foi condenado, o Porto teve de reintegrar e teve de pagar os direitos.

No entanto, hoje, o Governo do Estado parece que não está se apercebendo bem do problema desta polêmica trabalhista. Porque se não pagar os direitos, hoje, o passivo trabalhista que hoje gira em torno de setecentos, oitocentos mil reais para esses cento e quarenta e sete trabalhadores do Porto de Paranaguá, aposentados, aposentados já, são pessoas idosas. O passivo trabalhista, segundo os cálculos mínimos de qualquer advogado trabalhista daqui a três anos vai estar na ordem de sete a oito milhões de reais. Veja bem, então, acho que a bancada dá sustentação ao Governo, já tem clareza a respeito deste processo. O líder do Governo, Deputado Algaci Túlio tem feito todos os esforços no sentido de esclarecer este problema para o Governo do Estado, no entanto essa discussão acho que até agora não chegou ao Governo, está somente entre a administração do Porto, o sindicato e a Assembléia Legislativa. É preciso que a Assembléia Legislativa leve este problema para o Governo do Estado. Em primeiro lugar porque eu acho que é uma questão de justiça, são 147 idosos, aposentados, que estão no fim das suas vidas, enquanto trabalhadores, e que trabalharam durante dois anos e não têm minimamente os direitos provenientes deste trabalho, conforme determina a legislação trabalhista, garantidos.

Então, quero fazer um apelo. Já conversei com o Deputado Algaci Túlio, e me dirijo ao líder do PDT, Deputado Waldir Rossoni, que tão logo termine esta Sessão que nós possamos ir a Casa Civil e a Secretaria de Governo do Estado, para tentar levar esta preocupação em relação a estes 147 aposentados. Pelo que sei, o Secretário de Estado da Ação Social e do Trabalho, orientou todo o departamento jurídico da Secretaria de Trabalho, para que fizesse um levantamento junto aos 147 aposentados, para discutir com eles quais os direitos que eles têm, do ponto de vista da legislação.

E veja Deputado Rossoni, o relato do Secretário de Estado, é que de fato o di-

reito é líquido e certo, e numa ação trabalhista, como já está em curso, o direito será preservado. Não há justificativa para a administração do Porto, desde que haja recursos, já está provisionado, como a própria declaração do superintendente, o Dr. Anibal Petraglia, não há problema em se fazer este pagamento de direito.

No entanto acho que está havendo um mal-entendido na esfera do Governo, que não discute e não resolve esta questão aí. Tem mais ainda, havia um receio de que o Porto ao pagar estes direitos adquiridos aos trabalhadores aposentados, daqui a 5 dias ou 2 meses, um advogado ou o próprio sindicato entrasse com uma ação contra o Porto de Paranaguá, reivindicando direitos trabalhistas. Ora, na discussão que o Deputado Algaci Túlio presenciou, junto com as lideranças, o sindicato e os 147 aposentados se comprometem a fazer este acordo em juízo, isto é na Justiça do Trabalho, o que fica garantido, uma salvaguarda ao Porto de Paranaguá, de que nenhuma ação trabalhista poderá entrar na Justiça do Trabalho.

Acho que o Estado se garante, a administração do Porto de Paranaguá se garante e nós concedemos no sentido de fazer justiça aos aposentados de Paranaguá.

Agradeço e apelo ao Deputado Rossoni, com o Deputado Algaci Túlio já tinha conversado, que possamos ir, no final da tarde conversar com o Chefe da Casa Civil e com o Secretário de Governo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, queria comunicar à Casa, com a sua permissão. Dizendo que há poucos instantes nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, com muita satisfação promulgou a Lei 11.203, criando definitivamente o município de Guamiranga. Esse município foi desmembrado do município de Imbituva e fica entre Imbituva e Prudentópolis.

Em nome da comunidade de Guamiranga quero deixar registrados nossos agradecimentos.

O SR. SÂMIS DA SILVA - (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Vereador Hermógenes de Oliveira, de Foz do Iguaçu, que se encontra nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 1.803/95-GS, de autoria do Senhor Secretário da Segurança, comunicando que se fará presente nesta Casa, a partir das 15 (quinze) horas, no dia 21 do corrente, acompanhado do Cel. Daniel Cesar Maingué, Comandante-Geral da Polícia Militar; Cel. Luiz Fernando de Lara, Chefe do Estado Maior da Polícia; Cel. Antonio Carlos Abrão, Comandante do Policiamento do Interior; Ten. Cel. Léo Geraldo Motta, Comandante do 8º B.P.M. de Paranavaí e do Cap. Gilberto Cândido dos Santos, Comandante da Cia./PM de Loanda, constantes do expediente. **À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 446/95, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 12.679.586,00 (doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Educação, conforme específica. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 446/95

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 12.679.586,00 (doze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais), nos termos dos Anexos I e III.

Art. 2º - Os recursos para a cobertura

do crédito suplementar de que trata esta lei, são provenientes do cancelamento de dotações, de igual importância, na forma dos Anexos II e IV..

Art. 3º - Em decorrência do disposto nesta lei, o Demonstrativo da Receita fica alterado na forma dos Anexos V, VI, VII e VIII.

Art. 4º - O ajuste no Programa de Obras constantes do Anexo VI da Lei Orçamentária para 1995, será procedido na forma do Anexo IX, que faz parte integrante desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16.11.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/95, de autoria do Deputado Élio Rusch, que altera o Art. 1º da Lei nº 9.299, de 18 de junho de 1990, que criou o Município de Pato Bragado. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 42, de 02.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 149/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Élio Lino Rusch, tem por objetivo alterar o artigo 1º da Lei nº 9.229, de 18 de junho de 1990, que criou "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Pato Bragado.

Tendo em vista o atendimento das diligências requeridas, não vislumbramos nenhum óbice quanto à tramitação do presente projeto de lei, sendo constitucional, legal, e atendendo a técnica legislativa.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/95, que transforma o atual órgão de regime especial, Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, em autarquia, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 24.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 428/95

Iniciativa: Poder Executivo

P A R E C E R:

Para exame desta Comissão, Projeto de Lei sob nº 428/95, iniciativa do Poder Executivo, que "transforma o atual órgão de regime especial, Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, em Autarquia, conforme especifica".

O Senhor Governador Jaime Lerner justifica a transformação da SERLOPAR em autarquia, como necessidade para um "funcionamento mais eficiente e dinâmico, e, tendo receita e contabilidades próprias, prestação específica de contas, será mais eficazmente controlada, mormente em relação ao grande volume de recursos que movimenta".

Essa é uma questão de mérito que cabe ao Plenário decidir, no que respeita a esta Comissão, temos que:

1 - Pretende-se transformar um órgão de regime especial na Administração Direta - SERLOPAR, em um ente administrativo autônomo, integrante da Administração indireta do Estado;

2 - Transferir as atribuições, que a legislação vigente e pertinente à exploração dos serviços de loterias do Estado do Paraná conferem ao Secretário de Estado da Fazenda, ao Secretário de Estado do Governo.

Conceituando AUTARQUIA, buscamos o Decreto-Lei 200/67, que assim a conceitua:

"Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada" - art. 5º I).

Há que aqui se ressaltar que, sendo "as autarquias serviços públicos descentralizados, personalizados e autônomos, não se acham integradas na estrutura orgânica do Executivo, nem hierarquizadas a qualquer chefia, mas tão somente vinculadas à Administração direta, compondo, separadamente a Administração indireta do Estado."

E ainda, que o controle das autarquias se realiza nos termos da lei que o estabelece na tríplice linha: política, administrativa e financeira. O controle político normalmente se faz pela aprovação do nome de seus dirigentes pelo Legislativo - o que o presente projeto de lei não prevê, deixando apenas a cargo do Executivo a nomeação. O controle administrativo se exerce através da supervisão governamental - no caso será pela Secretaria de Estado do Governo. E o controle financeiro se opera nos moldes da Administração Direta, inclusive prestação de contas ao Tribunal de Contas - conforme expressa determinação da

Constituição Federal - artigo 70 e artigos 74 e 75, III, da Constituição Estadual.

Resta lembrar que o orçamento das autarquias é aprovado por decreto, salvo se a lei determinar que o seja pelo Poder Legislativo. (Lei n° 4.320/64, art. 107).

Os artigos 66, I, e 87, VI, dão o embasamento legal e constitucional à iniciativa do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 428/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em epígrafe, oriundo da Mensagem Governamental n° 056/95, cuja súmula transforma o atual órgão de regime especial, Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, em Autarquia, conforme específica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, após análise da matéria, salienta que esta é uma questão de mérito que cabe ao Plenário decidir e que de acordo com os artigos 66, I, e 87, VI, da Constituição Estadual, existe o fundamento legal e constitucional ao Projeto de Lei.

Esta Comissão, após análise do presente Projeto de Lei, dentro do âmbito de sua competência, constatou que o SERLOPAR passará a contar com funcionamento mais eficiente e dinâmico, com controle financeiro nos moldes da administração direta incluindo prestação de contas ao Tribunal de Contas, sendo que a medida não implicará em aumento de despesa para o Erário, não havendo criação de novos cargos nem tão pouco de provimento em comissão, pois serão aproveitados aqueles já existentes, ocorrendo apenas a elevação de símbolo (de DAS-2 para DAS-1), do atual cargo de Diretor Superintendente que passa, por isonomia às demais autarquias estaduais, a ter a denominação de Diretor-Presidente, com o símbolo DAS-1.

Entendendo ainda, que as demais modificações referentes ao mérito do Projeto deverão ser realizadas através de Emendas em Plenário, esta Comissão posiciona-se favoravelmente à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Cumprindo desta forma o disposto no Artigo 33, § 3°, do egrégio Regimento Interno deste Parlamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 429/95, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem n° 057/95, que convalida a participação do Banco do Estado do Paraná S.A., na condição de acionista majoritário da Sociedade de Economia Mista BANESTADO LEASING S.A. - Arrecadação Mercantil, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95)

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 429/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, visa convalidar a participação do Banco do Estado do Paraná S/A, na condição de acionista majoritário da Sociedade de Economia Mista BANESTADO Leasing S/A - Arrecadação Mercantil.

Este projeto já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, concluiu que trata-se de matéria que consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, bem como é de fundamental importância para a coletividade.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 429/95

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, pretende tal mensagem, convalidar a participação do Banco do Estado do Paraná, na condição de acionista majoritário da Sociedade de Economia Mista BANESTADO LEASING S/A.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontrou que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 481/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que cria o Município de Foz do Jordão, desmembrado do Município de Cândói e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 157, de 13.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 481/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do

Deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo criar o Município de Foz do Jordão, desmembrado do Município de Cândói, e dá outras providências.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDGARD BUENO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos n.ºs 3434 a 3436, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 3438 a 3440, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 3443, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 3445, e autoria do Senhor Deputado José Tavares constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 3447 e 3448, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 3449, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento n.º 3450, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 3451, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 3452, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Especial para terça-feira, dia 21, às 15:00 horas, com a presença do Senhor Secretário da Segurança Cândido Martins de Oliveira.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Especial, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs: 062 e 107/95.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 061, 149, 429 e 481/95.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs: 430, 431, 432, 433, 436, 437 e 442/95.

e do Projeto de Resolução n.º 056/95.

Levanta-se a sessão.